



## **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**

**Ação 06/2025**

**Estudo técnico sobre a viabilidade da Plataforma  
Digital segura e integrada**

## **EIXO II - INSERÇÃO DO CRIME ORGANIZADO EM CADEIAS ECONÔMICAS PRODUTIVAS**

**Ação 06/2025: Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à Lavagem de Dinheiro e os delitos antecedentes.**

**Coordenadores:** CNMP, PCDF, SEDIGI, SENASP

**Colaboradores:** ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, CADE, CAIXA, CD, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CJF, COAF, CONACI, CONCPC, DRCI, DREI, IPHAN, MPDFT, MPF, MPM, MPMS, MPPI, MPPR, MPRJ, MPS, MPSE, MPSP, PCMA, PCRJ, PCSP, PF, PGE/SP, PREVIC, REDE/SECEX, REDE-LAB, RFB, SAL/MJSP, TCU.

## Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

### AÇÃO 06/2025

**Ação 06/2025: Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à Lavagem de Dinheiro e os delitos antecedentes.**

**Coordenador:** CNMP, PCDF, SEDIGI, SENASP

**Colaboradores:** ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, CADE, CAIXA, CD, CGDF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CJF, COAF, CONACI, CONCPC, DRCI, DREI, IPHAN, MPDFT, MPF, MPM, MPMS, MPPI, MPPR, MPRJ, MPS, MPSE, MPSP, PCMA, PCRJ, PCSP, PF, PGE/SP, PREVIC, REDE/SECEX, REDE-LAB, RFB, SAL/MJSP, TCU.

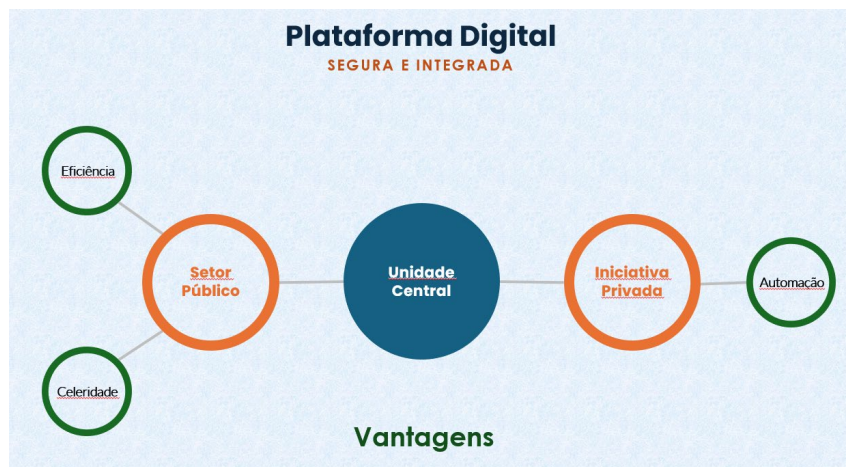
**Eixos:** Prevenção; Detecção; Punição.

O estudo demonstrou a viabilidade e a possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à Lavagem de Dinheiro e os delitos antecedentes. E como encaminhamento, foi sugerido a criação de um Grupo Temático, interinstitucional, que será responsável pelos estudos técnicos e jurídicos de definição de produto, parâmetros de segurança e consulta, dados que poderão ser acessados e/ou fornecidos, participantes, volumetria e escalabilidade, (consumidores e fornecedores de dados), dentre outros elementos.

Segue abaixo, um infográfico a respeito da futura Plataforma digital, ressaltando que a ideia não é criar um novo banco de dados, mas sim ter uma unidade centralizadora que possibilite a comunicação interoperável entre os participantes da plataforma:



Algumas vantagens visualizadas para a Plataforma Digital:





## **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**

**AÇÃO 06/2025**

**ANEXO**



# Plataforma Digital Integrada de Integrada de Dados para Combate à Corrupção

Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal com foco no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e aos delitos antecedentes.



# Panorama dos Respondentes

36

## Órgãos Participantes

Representando entidades de controle, fiscalização e investigação

60%

## Potencial de Integração

Possuem sistemas integráveis com esforço técnico

80%

## Interesse em Participar

Disposição para colaborar no desenvolvimento







# Dados Cadastrais Fornecidos

## Dados de Identificação

- RG, CNH, CPF, CNPJ
- Endereços vinculados
- Contatos (telefone, email)

## Dados Patrimoniais

- Cadastro de veículos
- Transferências bancárias
- Chaves PIX

## Dados Institucionais

- Contratos públicos
- Licitações
- Execução orçamentária



# Dados Cadastrais Fornecidos

Quais "dados cadastrais e outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição" a sua instituição fornece atualmente?

Dados de Identificação	RG, Cadastro Nacional de Habilitação (CNH) e endereços vinculados a estes; CPF ou CNPJ, nome completo, matrícula em cadastros profissionais
Dados de Contato	Linhas telefônicas; contato telefônico, e-mail, endereço comercial
Dados Patrimoniais	Cadastro de veículos; Placas automotivas; Bancários; Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS); CHAVE PIX/ONR/CENSEC; volume mensal de câmbio liquidado por cliente
Dados Governamentais	Dados cadastrais no Portal da Transparência e no Portal de Dados Abertos; dados cadastrais de agentes públicos; Dados de Servidores; Orçamento e Execução Orçamentária
Dados Jurídicos	Dados de processos judiciais e extrajudiciais; Dados de Transferência Ativa; Antecedentes criminais e qualificações cíveis; Dados sobre Dívida Ativa e de Contribuinte
Dados Institucionais	Dados relacionados a contratos públicos e licitações, de entidades privadas vinculadas a administração; Entidades penalizadas do Terceiro Setor; Cadastro das Entidades do Terceiro Setor; Administração Indireta
Outros Dados	Plataformas digitais

# Dados Cadastrais Acessados

## Dados Pessoais

- Bancários e financeiros
- Telefonia e internet
- Testamentos e registros civis

## Dados Patrimoniais

- Imóveis e móveis
- Armas de fogo
- Aeronaves e embarcações

## Dados Institucionais

- Processos administrativos
- Registro de empresas
- Marcas e patentes

## Outros Registros

- Boletins de ocorrência
- Antecedentes criminais
- Offshores

# Dados cadastrais acessados



## Dados Pessoais

Bancários, Financeiros e Fiscais, Eleitorais, Previdenciários, Telefonia e Internet, em órgãos e serviços públicos; testamentos, de nascimento, óbito e casamento; de trabalho e contribuição; Valores a Receber; de benefícios diversos; de conselhos de classe.



## Dados Empresariais

Comércio e Varejo, de qualificação, de empresas; Registro.BR; de marcas e patentes; concorrenciais; do INMETRO; ANP; de vigilância sanitária; Decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; de importação.



## Dados Patrimoniais

De bens patrimoniais imóveis e móveis, de procurações; de execução orçamentária e financeira; de fornecimento de serviços privados como água e energia; de veículos, habilitação; armas de fogo; propriedade e operadores de aeronaves; referentes a embarcação; de veículos habilitados para transp. rodoviário; consulta de protestos; de Edificação; de offshores.



## Dados Jurídicos e Administrativos

Dos sistemas estaduais de RH, de compras, de cadastro de fornecedores, de diárias; antecedentes criminais, contratos, licitações, TCs e MPs; processos civis, administrativos e criminais; de registros de boletins de ocorrência; E-proclamas; versões de sites arquivadas da internet; multas de trânsito; Servidores.



## Dados de Comunicação

Câmeras de vigilância; de IMEIS telefônicos; de Acessos Fixos e Móveis; Portabilidade Numérica; linhas pré-pagas.



## Sistemas Atualmente Utilizados



### Sistemas de Segurança

- Infoseg, Sinesp, SINARM
- Sistema de Ocorrências Policiais



### Sistemas Financeiros

- SiofiNet, SIAFI
- CCS, DICT (Banco Central)



### Sistemas Administrativos

- Sistema RhNet, SIAPE
- Portal de Transparência



### Sistemas Judiciais

- BNMP, SEEU/CNJ
- Projudi, PJe





# Mais Sistemas Utilizados



## Sistemas Comerciais Comerciais

CADESP, Juntas Comerciais, CENSEC



## Sistemas de Transporte

Renavan, Renach, SACI/ANAC



## Ferramentas Analíticas

Cortex, Neoway, Pandora



## Sistemas Integrados Integrados

E-Social, Cad-Único, SISGEMB

# Lista dos Sistemas Acessados

Infoseg Sinesp e Matilha/MPRN; "Muralha"; Sistema de Solicitação de Diárias/SSD;

Sistema de Execução Orçamentária e Financeira/SiofiNet;

Sistema de Recursos Humanos/RhNet; Sistemas de Compras do Estado de Goiás/Sislog; Sistema de Cadastro de Fornecedores/CadFor; RFB; Portal de Dados Abertos;

Webservice do TCM-GO; Webservice da JUCEG; Analítico, Sistema de IPe, Sistema Frota;

SIGEF; Sistema Integrado de Frequência; Sistema Integrado de Descanso; Sistema Governa;

E-estado; Sistema Ergon; Ferramenta Exato Digital; Cortex, Getran, Censec, CRC, SIEL,

SENATRAN, SINARM, ONR, BCB; CCS, CNIS, ONR, SISOBI, SIEL; Sistema Oráculo, SITTEL,

plataforma KODEX, CNART; Sistema de Ocorrências Policiais (Millenium), Gênesis (PMDF);

Sistema da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, o Attus;

Procuradoria Digital e o Juit Rimor 2.0;

# Lista dos Sistemas Acessados

CADESP, SIM, SERPRO, Registro Civil (CRC JUD), SPJ; ESAJ; TRE; INFOCRIM;

Plataformas de redes sociais e digitais; Macros, SIAPE, SIAFI, SCDP, RAIS,

Juntas Comerciais, E-Social, Cad-Unico, CADSUS, Portal da Transparência, E-proclamas,

Renavan, Renach, SisObi, Maciça – Inss; CAUFESP; ARISP; SDA Intragov;

PGE/SPSDA Remoto; PGE/SPSGIPVA; - Sistema de Gestão do IPVA – SP; SIM Detran; CRC;

e-PAT; Posto Fiscal Eletrônico; Comprasgov; Contratosgov; MACROS; IPTU São Paulo;

CAIMPA; DGI-TCU, Pandora, ARPEN, Conexão Educação, CRC/CNJ, Credlink,

Educacenso/INEP, LABCONTAS, Light, Pandora, PolinterWeb, PortalWEB/SEPM,

Portal de Segurança do Estado do RJ, Projudi, RCPJ/RJ, ROWeb/SEPOL, SACI/ANAC,

BOL PM, CINTPM/SEPM e SISPES/PMERJ, SEEU/CNJ, SIPEN/SEAP, SISAMA, SISBACEN,

SISGEMB, SISME/ARMAS, SUMINFO, SNAP, NEOWAY; DICT (Banco Central do Brasil);

CNJ / BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão), RIF, JUCESE, SAGRES, GALUCTUS

# Fundamentos Legais (para acesso e fornecimento entre entes públicos)

## Leis Federais

- LGPD (Lei 13.709/2018)
- Marco Civil (Lei 12.965/2014)
- Lei Lavagem (9.613/98)

## Convênios

- Acordos de Cooperação
- Termos de Compartilhamento



## Constituição Federal

- Artigos 37, 129, 144 e 145
- Princípios da Administração

## Normas Regulatórias

- Resoluções CNMP, BCB
- Decretos estaduais e municipais



# Lista de Fundamentos Legais

Decretos e leis municipais e estaduais, Acordos de Cooperação,

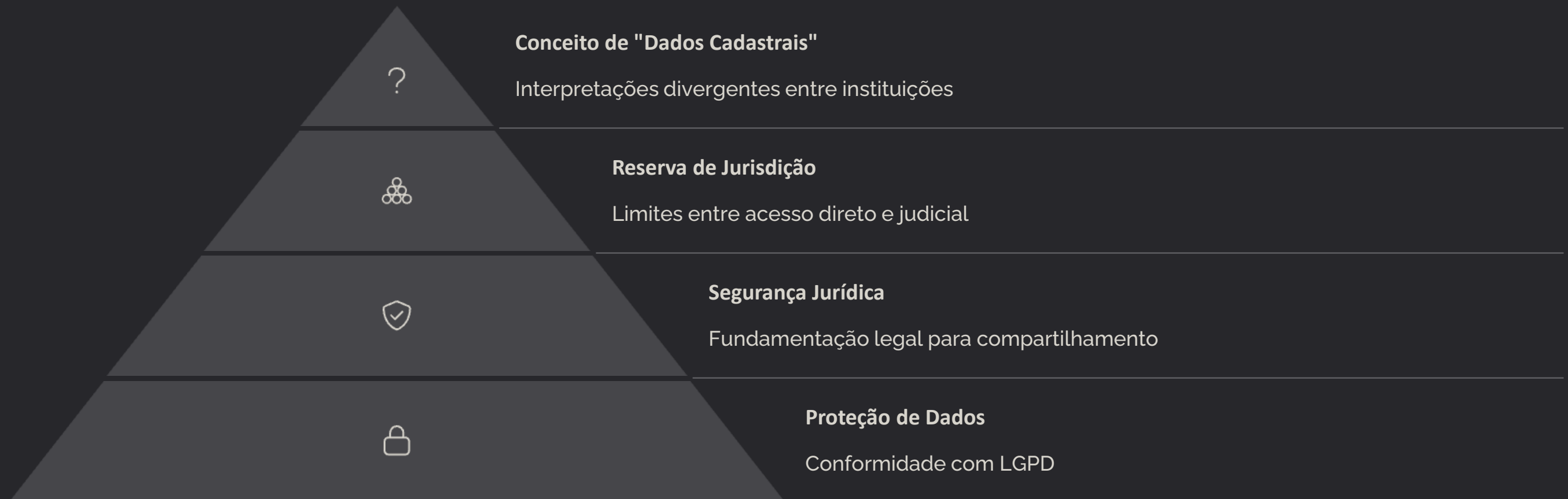
Código Tributário Nacional - CTN - art. 198 Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), Lei nº 12.830/2013, Lei nº 12.850/2013, Lei nº 9.613/2018, Constituição Federal (artigos 37, 129, 144 e 145), Lei Complementar nº 75/1993 (art. 8º, incisos II, IV e VIII), Lei nº 8.625/1993 (art. 26, inciso I b e inciso II), Lei nº 12.965/2014 (art. 10, § 3º), Resolução nº 181/2017 -CNMP (art. 7º, incisos II e III), Lei Complementar n 109/2001 e Lei n 12.154/2009, Art. 37 da CF, Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital), Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), Lei nº 13.460/2017 (Defesa do Usuário do Serviço Público), Lei nº 16.278/2023 (Transparência em Obras Públicas), Lei Complementar nº 131/2009; Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), Código de Processo Penal, Lei 9.613/98, Lei nº 14.600/2023 e Lei nº 10.180/2001,

Resolução BCB nº 124/2021, DECRETO Nº 68.155, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2023, DECRETO Nº 58.276, DE 7 DE AGOSTO DE 2012, Lei 12.850/13 e Lei 9613/98, Lei Complementar Nº 114 DE 19/12/2005

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 4.906, Decreto nº 8.771/2016, Art. 11, §2º

Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

# Principais Desafios Jurídicos



# Análise dos Principais Desafios Jurídicos

Principais Tópicos e Padrões encontrados nas respostas:

## **Dificuldade no Acesso a Dados:**

**Principais palavras:** "dificuldade", "dados", "acesso", "fornecimento", "jurisdicional", "restrição", "interpretação", "legislação", "sigilo", "judicial", "autorização", "compartilhamento", "processos"

**Descrição:** O padrão mais forte é a dificuldade geral na obtenção de dados. Isso inclui restrições baseadas em interpretações legais, sigilo, necessidade de autorização judicial e legislações restritivas como a LGPD e a Lei das Organizações Criminosas.

## **Resistência e Demora:**

**Principais palavras:** "resistência", "demora", "resposta", "negativa", "embaraço", "morosos", "recusa", "conflituosos", "equivocos".

**Descrição:** Há resistência por parte de entidades em fornecer dados, resultando em atrasos e respostas negativas.

## **Aspectos Legais e Judiciais:**

**Principais palavras:** "legal", "judicial", "jurisdição", "STF", "STJ", "ADI", "interpretação", "autorização".

**Descrição:** Interpretações restritivas da lei e decisões judiciais (STF, STJ) são uma barreira significativa.

# Análise dos Principais Desafios Jurídicos

## Entendimento Limitado e Conflitos:

Principais palavras: "entendimento limitado", "conflituosos", "equivocos", "sistêmica", "transparência".

Descrição: Há um entendimento limitado sobre transparência e conflitos entre a aplicação da LAI (Lei de Acesso à Informação) e a LGPD.

## Tecnologia e Infraestrutura:

Principais palavras: "big data", "sistemas descentralizados", "portal", "webservice", "tecnológico", "acesso sistêmico".

Descrição: A infraestrutura tecnológica e a capacidade de acessar dados em grande escala (big data) são desafios. A falta de portais de acesso e webservices dificulta a extração de dados.

## Necessidade de Formalização e Intervenção:

Principais palavras: "formalização", "instrumento jurídico", "requisição", "intervenção", "poder judiciário".

Descrição: A necessidade de formalizar requisições e, em alguns casos, a intervenção do poder judiciário são necessárias para obter dados.

## LGPD e Proteção de Dados:

Principais palavras: "LGPD", "dados cadastrais", "intimidade", "comunicações".

Descrição: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é frequentemente citada como motivo para recusar o compartilhamento de dados.





# Desafios Tecnológicos



## Sistemas Legados

Plataformas antigas e desatualizadas dificultam integração



## Formatos Heterogêneos

Dados em estruturas e padrões incompatíveis



## Interoperabilidade

Ausência de interfaces diretas entre sistemas



## Déficit de Pessoal

Escassez de profissionais qualificados em TI



## Interesse em Participação

A grande maioria das instituições (80%) demonstra interesse em participar de discussões sobre a viabilidade da plataforma integrada.





# Viabilidade de Integração

A sua organização possui sistemas, plataformas ou quaisquer soluções tecnológicas que poderiam ser integrados a uma plataforma digital governamental?



## Sistemas Existentes

60% possuem soluções passíveis de integração, com esforço

# Dados Úteis para Combate à Corrupção

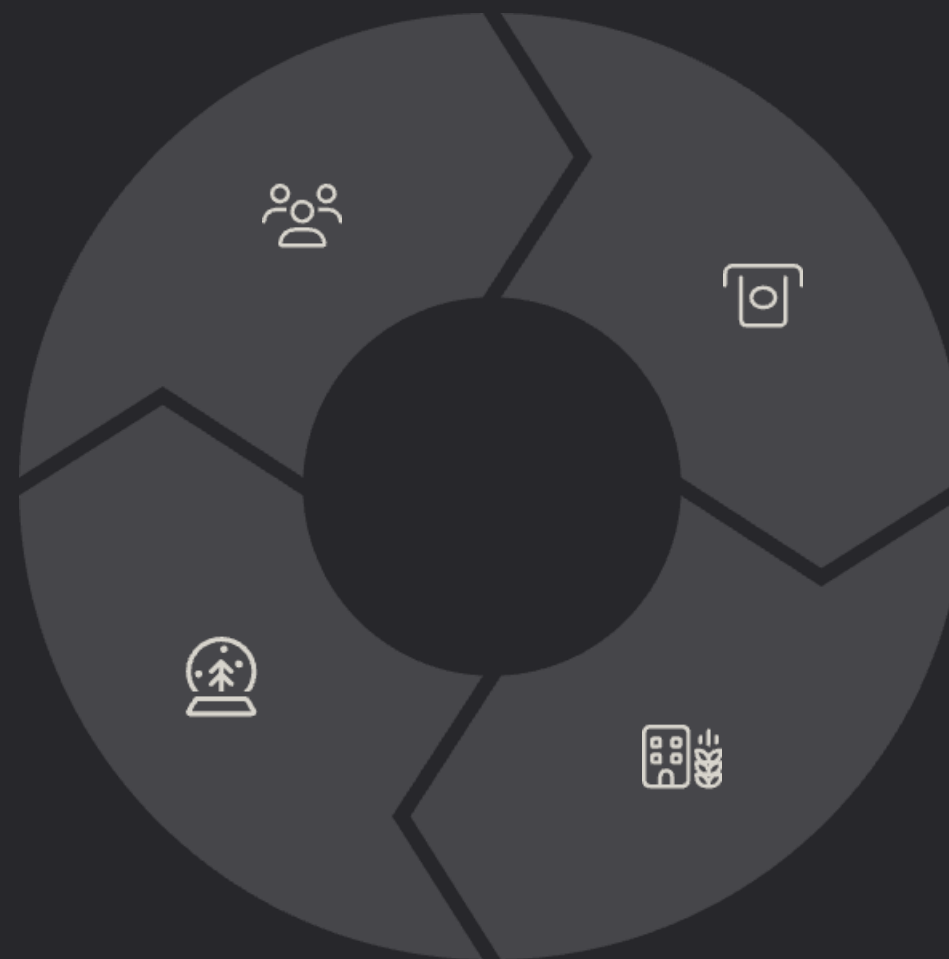
Liste os dados úteis à fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e aos delitos antecedentes, que a sua instituição demanda ...

**Identificação**  
Dados cadastrais e vínculos  
entre pessoas

**Conexões**  
Redes sociais, telefonia, IPs

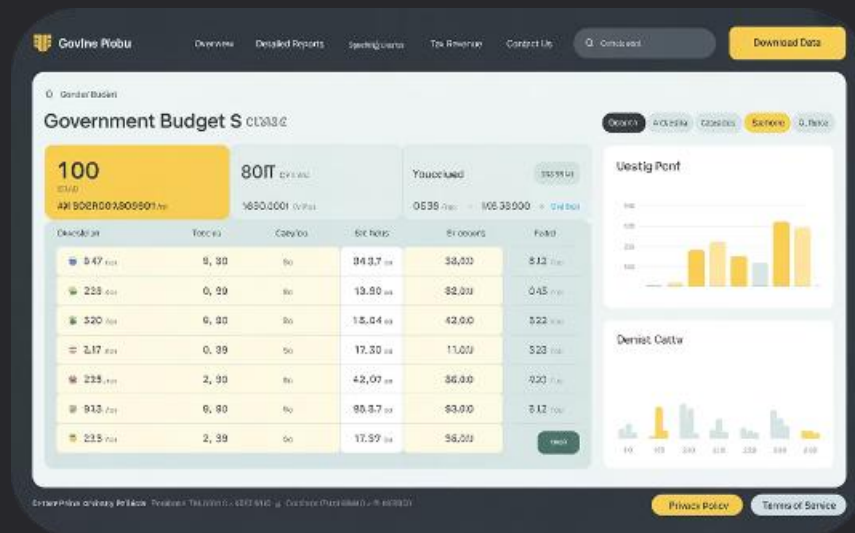
**Financeiros**  
Transações, PIX, evolução  
patrimonial

**Patrimoniais**  
Imóveis, veículos, aeronaves,  
embarcações





# Mais Dados Relevantes



## Orçamentários

Execução financeira, licitações, contratos públicos



## Empresariais

Registros societários, beneficiários finais, sócios



## Ativos Digitais

Criptomoedas, transações eletrônicas

# Dados Úteis para Combate à Corrupção

## Mapa de Tópicos e Padrões Principais



### Dados Necessários para Fiscalização

**Palavras-chave:** "fiscalização," "controle," "investigação," "corrupção," "lavagem de dinheiro," "delitos antecedentes."

**Padrão:** Ênfase na necessidade de dados para fins de fiscalização, controle e investigação de crimes relacionados à corrupção e lavagem de dinheiro.



### Tipos de Dados Demandados

**Palavras-chave:** "cadastrais," "telefônicos," "bancários," "registros de imóveis," "embarcações," "empresas," "financeiras," "patrimoniais," "societários," "contábeis."

**Padrão:** Ampla gama de dados solicitados, incluindo informações cadastrais, telefônicas, bancárias, registros de imóveis e dados financeiros e patrimoniais de empresas e pessoas.



### Fontes de Dados e Sistemas Existentes

**Palavras-chave:** "CCS/BCB," "PIX/BCB," "CENSEC/CNB," "SEI/COAF," "INFOSEG/SINESP," "JUCESP," "CAUFESP," "ARISP," "SGIPVA," "ANAC," "CRC-JUD," "JMESP."

**Padrão:** Lista de sistemas e fontes de dados já acessadas, incluindo sistemas do Banco Central, registros notariais, cadastros de fornecedores, registros imobiliários e sistemas de informações de segurança.



### Fontes de Dados Desejadas

**Palavras-chave:** "SISBAJUD," "RFB," "JUCEG," "TSE," "COAF/Simba," "E-SOCIAL/RAIS," "Transfere.gov," "Gov.br," "DRF," "CAFIR," "CNO," "DOI."

**Padrão:** Lista de sistemas e fontes de dados que a instituição deseja acessar, incluindo sistemas de penhora online, dados da Receita Federal, Juntas Comerciais, Tribunal Superior Eleitoral, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Cadastro Nacional de Obras, entre outros.

# Dados Úteis para Combate à Corrupção

## Mapa de Tópicos e Padrões Principais

### Dados Específicos e Informações Detalhadas

**Palavras-chave:** "qualificação," "endereço," "vínculos," "parentesco," "antecedentes criminais," "evolução patrimonial," "demonstrações contábeis," "beneficiários finais," "criptoativos," "comércio exterior," "redes sociais," "empresas de tecnologia," "registros internacionais."

**Padrão:** Busca por informações detalhadas e específicas, como dados de qualificação, vínculos familiares e empresariais, antecedentes criminais, evolução patrimonial, informações sobre beneficiários finais, transações em criptoativos e dados de redes sociais.

### Dados Pessoais e Identificação

**Palavras-chave:** "nome completo," "data de nascimento," "CPF," "RG," "endereço," "vínculos empregatícios," "vínculos familiares," "previdenciários," "boletim de ocorrência," "bases biométricas," "fluxos migratórios," "cadastros de contribuintes."

**Padrão:** Busca por dados pessoais e informações de identificação, incluindo nome completo, dados de nascimento, CPF, RG, endereço, vínculos empregatícios e familiares, dados previdenciários e boletins de ocorrência.

### Dados Financeiros e Transações

**Palavras-chave:** "execução orçamentária," "financeira," "viagens," "diárias," "compras," "movimentações financeiras," "transações comerciais," "benefícios fiscais," "lavagem de dinheiro," "financiamento ao terrorismo."

**Padrão:** Interesse em dados relacionados à execução orçamentária e financeira, viagens e diárias, compras, movimentações financeiras e transações comerciais, com foco na detecção de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

### Dados Adicionais e Sistemas Específicos

**Palavras-chave:** "sistema prisional," "transporte de madeira," "semoventes," "telefones," "chaves pix," "filiação," "cônjuges," "descendentes," "e-mails," "IP," "geolocalização," "selfie," "IFOOD," "APPLE."

**Padrão:** Interesse em sistemas específicos, como dados do sistema prisional, dados sobre transporte de madeira e semoventes, dados telemáticos (IP, geolocalização) e informações de plataformas como IFOOD e Apple.

# SecureConnect



## Benefícios da Plataforma Integrada Integrada

### **Eficiência Investigativa**

Redução do tempo de acesso e análise de dados

### **Segurança Jurídica**

Padronização de procedimentos de acesso

### **Proteção de Dados**

Controle de acessos e trilhas de auditoria

### **Combate à Corrupção**

Identificação mais rápida de esquemas ilícitos





## Desafios de Implementação

Desafio	Impacto	Possíveis Soluções
Diversidade tecnológica	Alto	APIs padronizadas
Definição jurídica	Alto	Normativo unificador
Recursos humanos	Médio	Capacitação técnica
Governança de dados	Alto	Comitê interinstitucional



# Plataforma Digital para para Combate à Corrupção Corrupção e Lavagem de de Dinheiro



**AÇÃO 06**

Brasília - DF

Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal com foco no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e aos delitos antecedentes..

# Respondentes

20 respondentes, essencialmente instituições financeiras



# Respostas dos Entes Privados

## Participação Ativa

Empresas demonstraram interesse em colaborar com as autoridades governamentais.

## Preocupações Legais

Necessidade de clareza jurídica para compartilhamento de informações.

## Desafios Técnicos

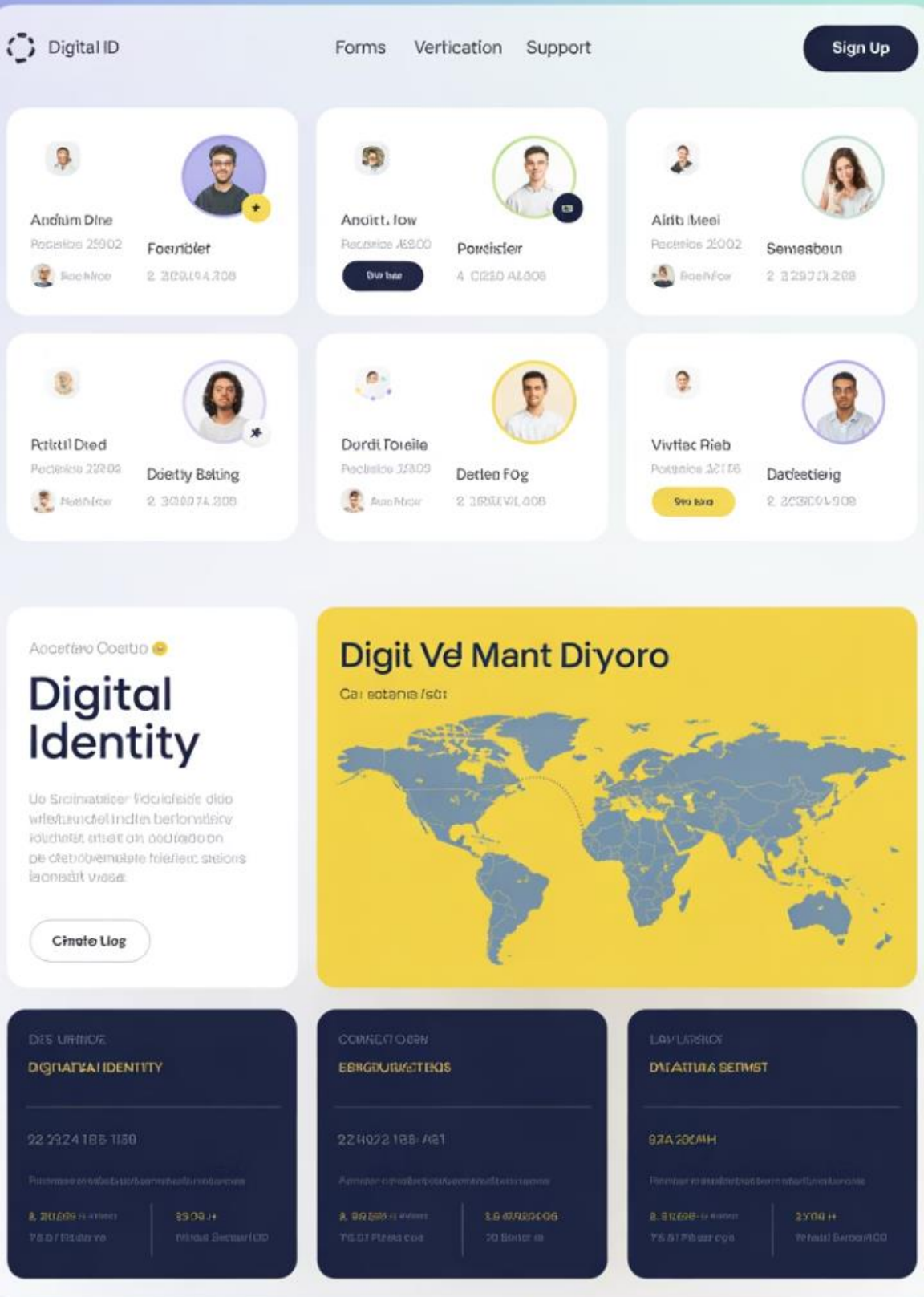
Questões de implementação e segurança para integração de sistemas.

## Disposição para Diálogo

Maioria disposta a participar de discussões sobre a viabilidade da plataforma.







# Dados Cadastrais Acessíveis

Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas
Nome completo e gênero	Razão social e CNPJ
Estado civil e filiação	Endereço comercial
Endereços físico e eletrônico	Representantes legais
Data de nascimento	Estrutura societária
RG, CPF e outros documentos	Produtos contratados

# Outros Dados vs. Segurança Jurídica

## Outros Dados Acessíveis

Informações além do cadastro básico que podem ser solicitadas sem ordem judicial.

Ao Coaf: Dados de transações financeiras específicas conforme previsto em lei.

Registros de comunicações não protegidos por sigilo.

## Segurança Jurídica

Necessidade de garantias legais claras para empresas compartilharem dados.

Proteção contra responsabilizações por compartilhamento legítimo.

Definição precisa dos limites do que pode ser fornecido sem ordem judicial.



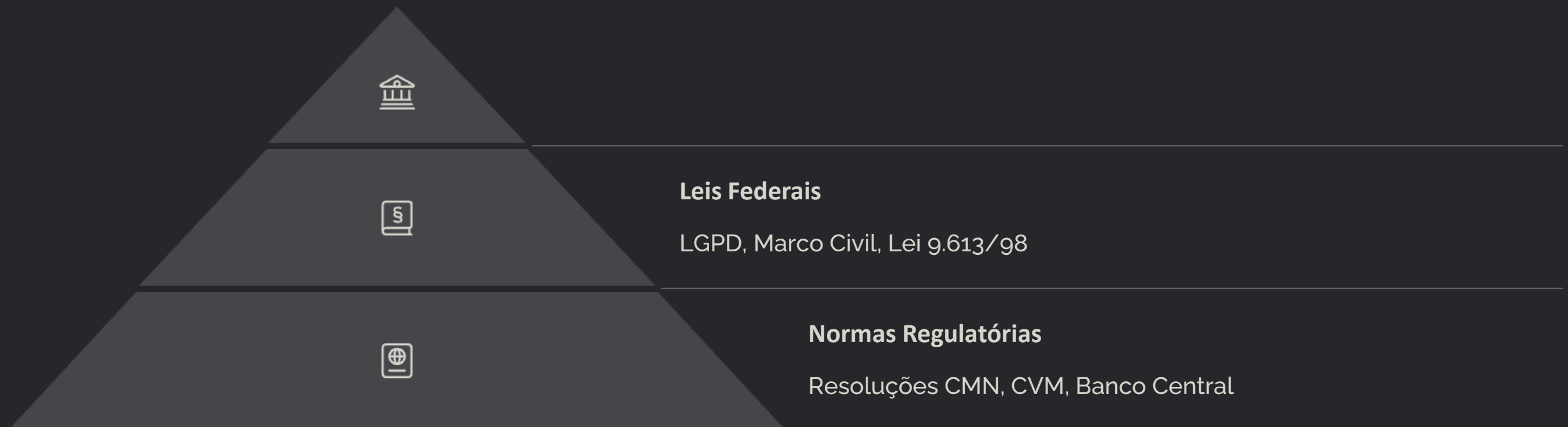
**Os “dados cadastrais e outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição” sob posse da sua organização estão armazenados no Brasil?**

**Sim, 90%**



# Ordenamento Jurídico Citado

O fundamento legal para compartilhamento de dados é essencial para garantir a segurança jurídica das instituições participantes.



# Legislação e Normas Aplicáveis

Política de KYC/KYP/KYS/KYE, Política de PLD/FT

Circular 3978/20 e 4001/20 Banco Central do Brasil

Lei de combate à Lavagem (Lei 9.613/98)

Resolução Conjunta 6 do Banco Central do Brasil

Marco Civil da internet

Resolução BCB nº 179/22

Resolução 150/2021 do CMN

LC 105/2001 e artigo 5º, XII da Constituição

Resolução CMN 4893

Ministério do Trabalho: Lei 6.321/76

Resolução nº 179/2023 da CVM e demais normativos aplicáveis ao setor de criptoativos

Ministério da Cultura: Lei 12.761/12

# Métodos de Requisição Atuais

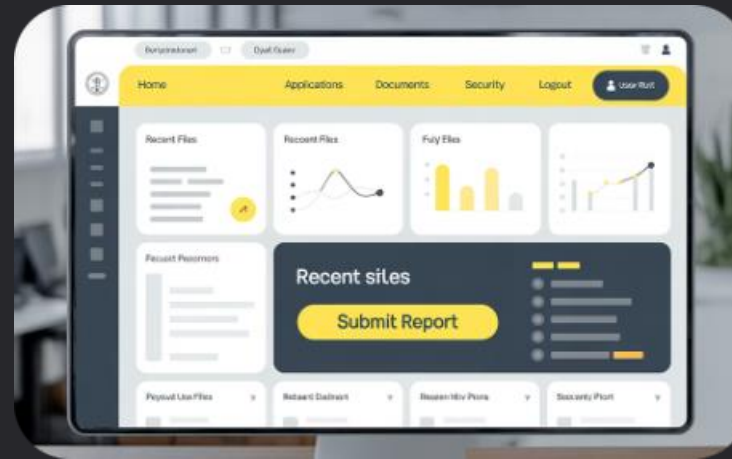
Como a sua organização fornece "dados cadastrais e outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição" requisitados por órgãos públicos?



## Ofício

100% das organizações utilizam documentos oficiais em papel para atender requisições de dados.

As requisições por ofício ainda predominam, evidenciando a necessidade de modernização dos canais de comunicação entre autoridades e entes privados.



## Sistema

60% das organizações também utilizam sistemas eletrônicos dedicados para compartilhamento de informações.



## API

Apenas 15% implementaram interfaces de programação (APIs) para automatizar o fornecimento de dados.

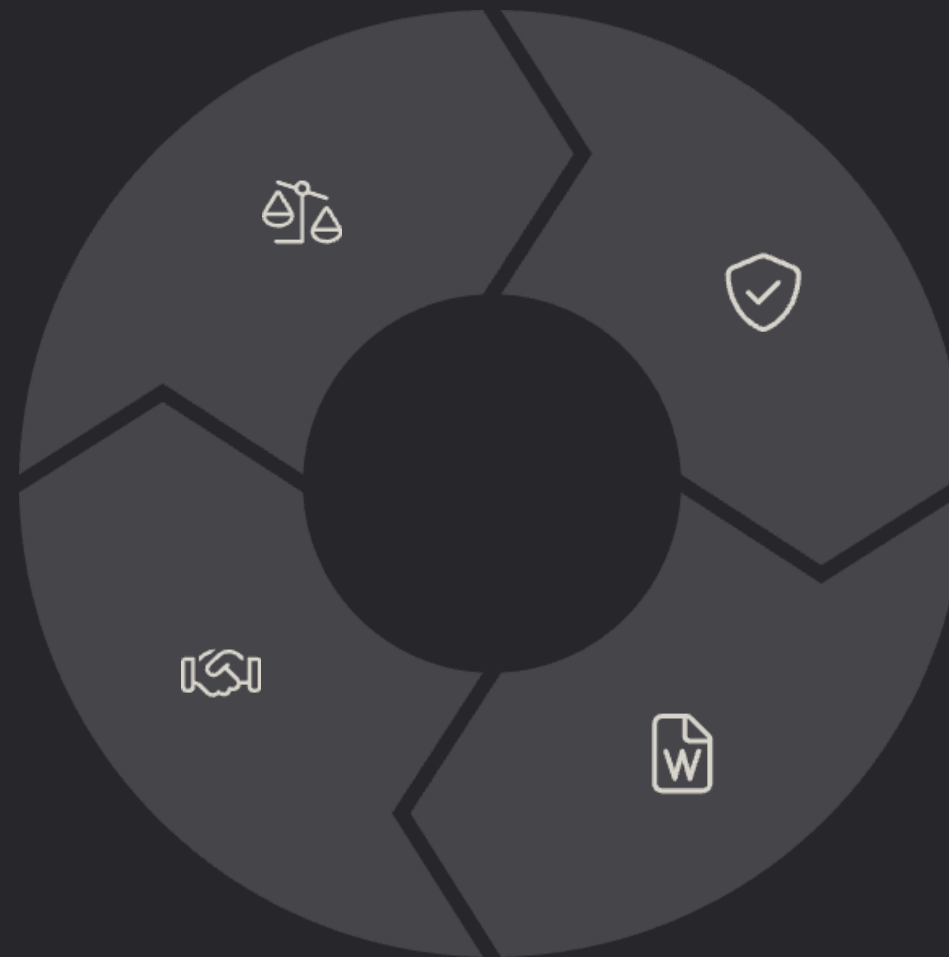
# Desafios Jurídicos

## Interpretações Diversas

Divergências sobre abrangência da legislação

## Responsabilidades

Proteção das empresas colaboradoras



## Segurança Jurídica

Garantias para compartilhamento sem ordem judicial

## Limites Legais

Definição clara dos dados acessíveis



## Percepção sobre Dificuldades Técnicas

55% das organizações afirmam não enfrentar obstáculos tecnológicos significativos para compartilhamento de dados.





# Principais dificuldades apontadas

## Repositório Centralizado

Base de dados unificada .

## Processo Estruturado

Fluxos padronizados para requisição e fornecimento de informações.

## Validação Robusta

Mecanismos para confirmar autenticidade e autorização dos solicitantes.

## Interoperabilidade

Padrões técnicos que permitam comunicação entre diferentes sistemas.

## Latência

Prazo para respostas



# Viabilidade de Integração



A sua organização possui sistemas, plataformas ou quaisquer soluções tecnológicas que poderiam ser integrados a uma plataforma digital governamental?

70% das organizações possuem sistemas que poderiam ser integrados à plataforma governamental. A maioria precisaria de esforços de adaptação para compatibilidade técnica.

# Interesse em Participação



## Diálogo Público-Privado

80% das organizações demonstram interesse em participar das discussões sobre viabilidade da plataforma.

# Selo de Empresa Colaboradora



## Alta Adesão

90% das organizações têm interesse no selo de reconhecimento.

